

ATA DA 077ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Arnaldo Moraes - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jean Kuhlmann - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Taxista Voltolini - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Srs. deputados e deputadas, a Presidência dá ciência a todos dos seguintes atos:

(Passa a ler.)

“ATO DA PRESIDÊNCIA N. 033-DL, de 2013

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Ismael dos Santos, por um período de sessenta dias, a contar de 10 de setembro do corrente ano, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2013.

(a)Deputado Joares Ponticelli
Presidente"

"ATO DA MESA Nº 037-DL, de 2013

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão **Ciro Marcial Roza**, 5º Suplente da Coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado **Ismael dos Santos**, para tratar de interesses particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de setembro de 2013.

(a)Deputado Joares Ponticelli
Presidente"

Tendo em vista esses dois atos, dou por empossado o eminente deputado **Ciro Roza**.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, sr. deputado **Kennedy Nunes**, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO **KENNEDY NUNES** - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, catarinenses que acompanham nesta Casa a tramitação do projeto de lei que está na Casa e que é do interesse da Fetaesc.

Venho hoje falar sobre algo bastante complicado, deputados. Temos, em Joinville, o Hospital Municipal São José, e o deputado **Antônio Aguiar** conhece bem, que é um centro de referência na área da ortopedia. Todos os pacientes da região que precisam do setor de ortopedia têm o Hospital São José como referência. Como o município está em gestão plena e como o referido hospital é

referência regional em ortopedia, ele acaba recebendo mais recursos do ministério da Saúde.

O sr. Roberto Lepper, juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública de Joinville, atendendo a uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, deu o prazo para que até o dia 15 de agosto a prefeitura dê uma solução definitiva para a demanda na especialidade de ortopedia.

Eu aprendi que decisão de juiz não se contesta ou se comenta, cumpre-se. Pois bem, até hoje, 10 de setembro, o secretário da Saúde, dr. Armando Dias Pereira Júnior, sequer respondeu ao juiz, num flagrante desrespeito e descumprimento de uma ordem judicial, de uma decisão judicial, na qual o Judiciário determina que em determinado prazo a secretaria municipal de Saúde apresente um plano para conseguir zerar as filas no setor de traumatologia, até porque o Hospital Municipal São José é referência regional na área.

Trata-se, repito, de um silêncio macabro do secretário de Saúde do município de Joinville.

Além disso, agora a prefeitura vem fazendo como fez a presidente Dilma Rousseff, ou seja, ensaios para tirar a atenção da imprensa, sair um pouco do foco, e diante de manifestações fala como a presidente Dilma falou em reforma da Constituição. A presidente, quando começaram as manifestações de rua fez o quê? Começou a falar em reforma política para arrefecer o calor das ruas; depois passou a sugerir a realização de um plebiscito.

Pois o governo de Udo Döhler está no mesmo caminho, tentando criar alguns artifícios para desviar a atenção do foco principal, do real problema. O real problema é que Udo Döhler dizia, quando candidato, que de hospital ele entendia, pois há mais de 40 anos tocava o Hospital Dona Helena e que em poucos meses o Hospital Municipal São José estaria uma beleza.

Mas a realidade, sr. presidente, é completamente diferente. E digo isso porque na semana passada 14 ortopedistas pediram demissão dos cargos. O prefeito disse que estavam pedindo demissão porque não queriam bater o ponto

eletrônico. Foi aí que começou a ser revelada a farsa da prefeitura de Joinville sobre esse episódio, porque a Sociedade Joinvilense de Medicina e a Associação dos Ortopedistas reuniram a imprensa e com documentos provaram que a verdadeira demissão deles nada a ver tinha com o ponto eletrônico. Inclusive, um dos médicos que pediu demissão foi o dr. Marco Antônio Schueder, que durante a coletiva fez alguns relatos impressionantes.

Vou colocar as suas palavras: "Eu faço plantão toda segunda à noite no pronto socorro do hospital de São José e um final de semana a cada dois meses. Fico 48 horas dentro do hospital. No meu ultimo plantão, que foi nos dias 10 e 11 de agosto, estava com três pacientes com fraturas expostas no centro cirúrgico, um deles com fratura grave no fêmur, que precisava de um cirurgião vascular e havia um sobreaviso. Eu liguei para solicitar o cirurgião e descobri que não havia nenhum porque havia questões judiciais com o hospital. Também não havia fio de sutura para fechar os pacientes. O anestesista estava sem adrenalina, uma substância que prolonga o efeito da anestesia, e o hospital não tinha sequer dipirona."

E disse mais: "Não tem nada a ver com o ponto eletrônico! Podem checar os meus registros, os horários de entrada e saída. Os problemas são as condições técnicas. Trabalho há 21 anos no hospital e nesse tempo todo as salas do centro cirúrgico continuam sendo apenas cinco. Há apenas um aparelho de eletrocardiograma para o hospital inteiro. Somente um aparelho de raios X para os cinco centros cirúrgicos. Dentro do hospital não falta comprometimento dos médicos, porque se não houvesse isso, o hospital já teria fechado as suas portas, o que faltam são recursos."

O presidente da Sociedade Joinvilense de Medicina apresentou uma série de documentos que os médicos já haviam encaminhado há muito tempo para a administração pública relatando a falta de condições mínimas de trabalho no Hospital

Municipal São José, que é referência no setor de traumatologia, mas nada foi feito.

Aí fica a seguinte pergunta: prefeito Udo, onde está a sua experiência em gestão hospitalar? Em nove meses se forma uma vida, mas a gestão do hospital ainda não aconteceu. As filas continuam e agora está pior ainda, porque os médicos estão pedindo demissão, porque não têm mais condições de trabalho.

Enquanto isso, a prefeitura fica querendo criar um circo para desviar o foco das atenções do verdadeiro problema, dizendo que os médicos estão pedindo demissão porque não querem bater o ponto.

Eu vou continuar cobrando desta tribuna, porque este é o meu papel! Cobrar ações, sim, do município. E não me venham dizer que o Hospital Municipal São José está nessa situação porque o governo do estado não está ajudando, porque o governo do estado está ajudando, sim! No último ano liberou R\$ 14 milhões. O que falta é gestão! Ou melhor, como dizia o candidato Udo Döhler na campanha, "geston"! Pois bem, a tal "geston" não está funcionando no Hospital Municipal São José e o povo continua sofrendo.

Reitero o que já disse, trata-se da armação de um circo para desviar a atenção da mídia e não atender à ordem judicial. Parem de fazer toda essa palhaçada...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham nesta sessão ou pela TVAL.

Quero falar, srs. deputados, na tarde de hoje, acerca de um assunto que tem-me angustiado no mínimo há alguns meses e sobre o qual tenho guardado um silêncio que, inclusive, tem feito mal à minha saúde. Trata-se da relação com o PDT.

No dia 11 de abril deste ano, recebi aqui, ao lado deste plenário, uma citação do diretório estadual do PDT, mais precisamente de um conselho de ética que o PDT instaurou para apurar, para averiguar, para investigar ou para se posicionar a respeito da atuação deste parlamentar como militante do partido. Comissão de ética que, a nosso ver e segundo a leitura do estatuto do PDT, é ilegítima, porque o estatuto diz que a comissão de ética precisa ser eleita em convenção do partido, para que, quando resolver avaliar um caso específico, ela tenha legitimidade para fazê-lo, uma vez que seus integrantes foram eleitos para aquela tarefa. E não um conselho de ética existente no partido de forma permanente para avaliar qualquer conduta irregular dos militantes. Aliás, dentro do PDT, uma comissão ou conselho de ética permanente com certeza teria bastante trabalho, haja vista, inclusive, as últimas notícias em rede nacional, que dão conta de que no próprio ministério do Trabalho a Polícia Federal estaria fazendo incursões que têm provocado bastante dificuldade em termos de acondicionamento em viaturas.

Então, não é um conselho de ética permanente que deve avaliar toda e qualquer situação, é uma comissão de ética montada para averiguar a atitude de um deputado num momento específico.

Outro fato curioso, a reunião do diretório estadual do PDT que decidiu criar essa comissão de ética tinha outros pontos de pauta, especialmente mais um, que era a participação do PDT de Santa Catarina no governo de Raimundo Colombo. Será que há alguma coincidência entre o PDT precisar livrar-se do seu único deputado estadual no estado para ter condições de debater com o governador Raimundo Colombo uma participação no seu governo? Quiçá ganhar uma secretaria?

Repito, inclusive para que a Justiça Eleitoral ouça: a reunião do PDT que decidiu criar a comissão de ética para avaliar a conduta deste parlamentar é a mesma que decidiu que o PDT tem vontade de participar do governo de Raimundo Colombo. Assim, por este deputado ter uma posição

intransigente, sim, em defesa dos interesses classe trabalhadora do estado de Santa Catarina, por este parlamentar ser um militante das causas populares há décadas, de repente não possa ficar no partido, uma vez que ele quer ganhar uma vaga, alguma boquinha no governo de Raimundo Colombo. Não é a toa que discutiram na mesma reunião as duas coisas.

Os termos da representação feita por alguns militantes do PDT ao diretório estadual são ofensivos à dignidade, à honra e à integridade deste militante. Alegar que este deputado só pensa em si, só pode ser entendido como verdadeiro por alguém absolutamente alheio à política e à sociedade catarinense. Temos feito muito, dedicado muito da nossa vida justamente às causas coletivas e mais amplas da base da sociedade; temos batalhado diuturnamente no âmbito das questões ambientais e de mobilidade urbana. E isso qualquer um dos 39 deputados que comigo compõem esta Casa pode confirmar, mesmo não concordando com os meus pontos de vista.

Quando falo do PDT, quero referir-me especialmente à sua direção estadual, porque há muitos companheiros que me expressam sua solidariedade e atestam a minha grande dedicação aos princípios brizolistas, aos princípios socialistas, aos princípios trabalhistas. Muitos deles já foram chutados do PDT, mas muitos ainda estão lá dentro, infelizmente numa situação parecida com a qual me encontro.

Quando falo do PDT, refiro-me àquele partido que participou do governo de Luiz Henrique numa secretaria de estado e que menos de um mês depois de deixá-lo já estava casado, integrado, apaixonado pela candidatura de Angela Amin ao governo do estado, indicando o vice-governador da chapa.

Refiro-me àquele PDT que foi de Luiz Henrique a Angela Amin e voltou para Dário Berger e os seus e que agora quer participar do governo Raimundo Colombo. E como este deputado não vai mudar a sua conduta - evidentemente eles já têm muitas provas disto desde 2007, desde o primeiro dia de mandato

nesta Assembleia Legislativa -, é preciso que eles busquem livrar-se dele, já que atrapalha as suas negociatas, os seus acordos espúrios, a sua tentativa de viver nessa conduta lastimável de acender uma vela para cada santo, dependendo da conjuntura, para garantir espaço em todos os governos possíveis, nos quais possam nomear os seus.

Com essa conduta este militante, mesmo antes de ser parlamentar pelo PDT, não concorda, nunca coadunou e jamais concordará! Não adianta mandar recado, como o fez certo dirigente do PDT, há dois anos, pelos jornais lá do sul do estado, para que este deputado saia do partido.

Nós queremos discutir abertamente. Nós queremos que as verdades sejam ditas de público. Não me envergonho, pelo contrário, orgulho-me de cada conduta e de cada posição. Nas que errei, fiz autocrítica desta tribuna. Eu disse que votei, não disse que fiz campanha, eu disse que votei no PSOL na eleição de 2012. Peguem dentro do PDT esses mesmos tais dirigentes, qual foi o que já não se vendeu para os partidos do poder, para as candidaturas cheias de dinheiro daqui e de acolá!

Eu opto, eu saio e digo que votei e que estou aliado com a esquerda. Eu digo que a minha posição é e sempre será pela esquerda. Por que não me chamaram para me perguntar se eu concordava em estar acasalado com Dário Berger na capital e com Djalma Berger em São José, que é a cidade onde moro? Não me chamaram e não me perguntaram. Aliás, não me chamaram e não me perguntaram porque já sabiam a minha resposta! E aí me deixaram isolado no debate, na política...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente em exercício, deputado Padre Pedro Baldissera, srs. deputados, catarinenses que nos ouvem, é com

satisfação que estamos aqui hoje para falar da área da saúde em nosso estado.

Mas antes, gostaria de comentar o pronunciamento do deputado Kennedy Nunes com relação a Joinville, município tem lutado para conseguir melhorar o seu desenvolvimento, especialmente na gestão do prefeito Udo Döhler. Sou testemunha do trabalho que o prefeito realiza, do seu empenho, da sua dedicação em melhorar não só a área da saúde, mas desenvolver a cidade em todos os aspectos.

Vir à tribuna para criticar a saúde é um direito que cabe ao deputado Kennedy Nunes, assim como a todos os deputados, mas eu também tenho o direito de defender o trabalho que está sendo feito na área da saúde na cidade de Joinville. O dr. Schueda disse claramente que faltam recursos, e se falta dinheiro para ser aplicado na área da saúde, o primeiro grande culpado é o governo federal, depois o governo estadual e por último o governo municipal.

Quanto o governo federal investe na área da saúde? Investe 3%, 4%? Nós queremos que o governo federal invista pelo menos os 12% que o governo estadual investe ou até os 15% que a maioria dos municípios de Santa Catarina aplica na saúde. É disso que precisamos!

O dr. Schueda está coberto de razão. Faltam recursos para serem investidos na área da saúde. Também gostaria de defender o secretário de Saúde de Joinville, o dr. Armando, médico competente que está exercendo a sua função com muito afinco e responsabilidade.

Sr. presidente e srs. deputados, quarta-feira passada, juntamente com o governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, fomos buscar soluções para o estado de Santa Catarina na área da saúde junto ao Inpto - Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia -, que é um dos mais competentes que temos no Brasil. Nós estivemos visitando a área da farmácia, como funcionam as próteses e como são realizadas as cirurgias, como funciona a UTI - Unidade de Tratamento Intensivo -, que possui aparelhos de alta tecnologia e é uma unidade

moderna que atende com qualidade aos seus pacientes.

Este ano, no Rio de Janeiro, mais de três mil cirurgias ortopédicas já foram realizadas, existindo uma projeção de que mais de quatro mil serão realizadas ainda este ano. Isso significa o quê? Atendimento à nossa população e atendimento de alto padrão, atendimento humanizado, com alta capacidade técnica, feito com competência e, acima de tudo, gratuito.

Esse é o trabalho que o Into do Rio de Janeiro realiza. E fomos lá ver como funciona para fazer funcionar igualmente no estado de Santa Catarina. Estávamos com o governador em exercício, que é médico, o dr. Eduardo Pinho Moreira, que muito sabiamente soube conduzir essa grande audiência para a viabilização da vinda do Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia Jamil Haddad para Santa Catarina.

Queremos ainda ressaltar desta tribuna que esta semana realizamos, em Canoinhas, a comemoração dos 101 anos de emancipação política do município. São 101 anos de trabalho e dedicação, sendo que na bandeira de Canoinhas está escrito *Catharinensis Semper*, porque nós, em Canoinhas, escolhemos ser catarinenses, como poderíamos ter escolhido ser paranaenses na época da Guerra do Contestado. Aliás, a Guerra do Contestado foi o maior conflito no Brasil e nele morreram mais de cinco mil jagunços e soldados. A Polícia Militar também esteve presente e sofreu muitas baixas.

Então, foi uma guerra que ficou marcada, sendo que todos os municípios que foram palco da Guerra do Contestado têm a sua história. E essa história também está relacionada com a ferrovia. Hoje estamos incluídos na Valec para fazer com que a avaliação feita por ela seja também feita pelo caminho do Contestado. Esse caminho já tem o leito da rede ferroviária federal, hoje cedido à ALL. Esse caminho não precisa de licença ambiental. Vamos regularizá-lo e fazer o transporte de grãos, atingindo as cidades de Caçador, Canoinhas, Porto União, Mafra e, finalmente, chegando ao porto de

São Francisco do Sul, sem falar em Jaraguá do Sul e Joinville.

Então, temos esse importante trajeto e essa importante avaliação que está sendo feita. Nós, em Santa Catarina, estamos com pensamentos diferentes porque a ferrovia de Chapecó até Itajaí não contempla o fator mínimo, que são 500km de rede ferroviária federal viáveis para ser uma ferrovia que seja viável futuramente. Ora, temos Blumenau, a 60km do porto de Itajaí, e também não precisa de ferrovia. O município de Blumenau consegue levar os seus produtos até o porto de Itajaí.

Por isso defendemos, sim, essa avaliação que feita pela Valec e acreditamos nela para que a ferrovia realmente aconteça em nível de ferrovia do Contestado.

Quero dizer ainda que na quinta-feira, ainda em Canoinhas, acontecerá um fato importante, pois o nosso governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira, receberá o título de Cidadão Canoinhense pelas obras que lá realizou, pela atenção que dá ao planalto norte.

Parabéns, dr. Eduardo Pinho Moreira, v.exa. é um vitorioso também como presidente do nosso partido!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Fruto de um entendimento entre o PP e o PSDB, hoje, terça-feira, os primeiros minutos serão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Muito obrigado, sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação.

Em primeiro lugar, quero saudar o presidente da comissão da CCJ, deputado Mauro de Nadal, que tem dado agilidade, que tem estimulado todos os parlamentares daquela comissão para que cada um cumpra a sua tarefa no encaminhamento de todos os

projetos que já aportam. Assim, todas as terças-feiras, sr. presidente, analisamos e votamos diversos projetos, alguns de origem governamental, a maior parte, e outros de origem parlamentar. Muitos são aprovados, outros, rejeitados, outros, ainda, baixam em diligência.

Hoje, pela manhã, a comissão aprovou o projeto de lei oriundo do Executivo que pretende pedir um empréstimo R\$ 2 bilhões para completar o Pacto por Santa Catarina, projeto que visa atender a uma demanda que a sociedade catarinense tem.

As estradas estaduais têm mais de 20 anos e precisam de revitalização. As quase 1.200 escolas estaduais também necessitam de reformas. É verdade que muitas delas estão em obras, mas o governador Raimundo Colombo pretende que todas sejam reformadas. O sistema prisional precisa de vários investimentos e na área da infância e da adolescência estão sendo construídos Cases - Centros de Atendimento Socioeducativo - em Chapecó, Joinville, Criciúma e Florianópolis.

As iniciativas existem em todas as áreas e é evidente que isso demanda um volume razoável de recursos. Para obtê-los ou se pede emprestado junto aos órgãos oficiais, como o BNDES, ou se usa o que está contido no Orçamento do estado.

Pois bem, no momento em que se decide buscar dinheiro emprestado para fazer investimentos, é preciso pensar na melhor alternativa. Se olharmos a arrecadação do estado, os compromissos que o estado tem com os poderes, com a folha de pagamento, com a saúde, a educação etc., praticamente não sobra nada ou muito perto disso. Logo, não vão sobrar nunca R\$ 500 bilhões para fazer os investimentos necessários. Talvez se conseguisse apenas 10% disso. Assim, a alternativa que se tem é andar naquele passo fisiológico, vegetativo, de R\$ 500 milhões a R\$ 1 bilhão ao ano, investir um pouquinho nas escolas, na saúde, na segurança ou então alguém fazer um grande planejamento, dar um peitaco e fazer um grande conjunto de investimentos.

E foi essa a alternativa a que o governador recorreu. Para tanto teremos de R\$ 9 bilhões a R\$

11 bilhões a serem investidos em diversas áreas. Os juros pagos pelo empréstimo serão baixos, e mesmo pagando todos os anos um pouquinho, após 25 anos acabaremos pagando o valor real e mais outro tanto. Só que temos um grande conforto, sr. presidente, pois quando pagamos juros para um banco privado, como Bradesco, Itaú e outros, sabemos que esses juros vão deixar alguém mais rico, mas quando é o BNDES quem os recebe, sabemos que o dinheiro será reinvestido no desenvolvimento do país.

Além disso, o outro conforto que temos é que vamos pagar em 25 anos, mas a obra teremos agora. Nós vamos pagar o asfalto em 25 anos, mas passaremos em cima dele agora. A escola, vamos demorar 25 anos para pagar, mas teremos a escola agora. Assim serão também os hospitais, os presídios etc.

Atualmente o governo federal tem muitos recursos advindos da arrecadação de impostos, principalmente o imposto de renda, as contribuições e o IPI, e advindos também cobrança dos juros desses empréstimos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero agradecer a presença de inúmeras lideranças do cooperativismo e das entidades da agricultura, como a Fetaesc, a Fetraf/Sul, a Unicaf.

Nossas boas-vindas a todos!

Também quero, sr. presidente, mais uma vez fazer uma reclamação acerca de ocorrerem no mesmo horário a sessão ordinária e uma audiência pública, impossibilitando os deputados de participarem dos dois eventos. Inúmeras são as vezes em que temos sessão e audiência pública ao mesmo tempo. Por exemplo, na audiência pública está sendo discutido o problema da Udesc em

Palmitos e neste plenário os projetos logo, logo serão analisados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - A observação do deputado Dirceu Dresch procede e vamos levá-la à Mesa Diretora para providências.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, público que nos acompanha, principalmente as pessoas ligadas à agricultura de Santa Catarina, que vieram defender o projeto de lei que tramita nesta Casa e que trata das cooperativas.

Na comissão de Finanças e Orçamento tive a honra de ser o relator desse projeto e aprovamos um encaminhamento no sentido de permitir que todas as cooperativas sejam beneficiadas dentro do ambiente de liberdade que rege o setor. O sistema cooperativo é uma das maiores formas de organização da produção e que precisamos apoiá-lo e incentivá-lo.

Não poderia deixar de repercutir agora uma decisão muito importante para o país, para o presente e o futuro. Trata-se da sanção, pela presidente Dilma Rousseff, do projeto que destina os *royalties* do petróleo para a saúde e para a educação. Inúmeras vezes vimos a esta tribuna debater alternativas para que se pudesse garantir um melhor financiamento para essas duas áreas cruciais para um país. Inúmeras vezes debatemos que há problemas de gestão, mas também de falta de recursos. Assim, o grande desafio é encontrar fontes de recursos para melhorar a saúde e a educação no país, e uma delas foi confirmada ontem, com a sanção da presidente Dilma Rousseff a esse projeto importante que tramitou na Câmara Federal e no Senado.

Pelo projeto de lei sancionado, 75% dos recursos serão destinados à educação e 25% à saúde. Essa é a destinação dos recursos dos

contratos com declaração de comercialização a partir de 3 de dezembro de 2012. Além disso, há o fundo social, dos quais 50% serão destinados também à educação e à saúde. Para se ter uma ideia, em 2013 isso representará um recurso extra de R\$ 770 milhões para as duas áreas citadas; em 2014 a previsão é de R\$ 1,810 bilhão; em 2015, R\$ 3 bilhões; em 2017, R\$ 8 bilhões, e em 2021, R\$ 21 bilhões.

O que se prevê é que no período de 2013 a 2022 R\$ 112,25 bilhões serão aplicados na saúde e na educação, fruto dos *royalties* do petróleo, o que será, sem dúvida nenhuma, um grande avanço para este país.

Às vezes as pessoas me perguntam o que é são *royalties*. *Royalty* é uma palavra de origem inglesa e refere-se a uma importância cobrada pelo proprietário de uma patente de um produto, de processo de produção, para permitir o seu uso e comercialização. No caso do petróleo, os *royalties* são cobrados das concessionárias que exploram a matéria-prima, de acordo com a quantidade.

Então, o poder público faz a concessão, as empresas exploram e pagam o chamado *royalty*, que, popularmente, é uma espécie de taxa que o poder público destina ao desenvolvimento do país. No caso que estamos tratando, os *royalties* serão destinados para a educação e para a saúde.

Eu acredito que aquilo que está-se fazendo vem ao encontro das grandes demandas da sociedade, inclusive aquelas expressas nas manifestações de rua. Nós defendemos, inclusive, que sejam feitas alterações na nossa Constituição Federal, a fim de alterar também os percentuais orçamentários que hoje são destinados a essas duas áreas.

É de minha autoria uma emenda constitucional que tramita nesta Casa e que modifica, em Santa Catarina, o percentual para a educação, que hoje é de 25%, e para a saúde, que é de 12%.

Nós sabemos que existem outras demandas, daí a importância quando surge um recurso novo, uma fonte nova de recurso, já que os recursos existentes não conseguem dar conta de todas as demandas.

Mas é importante, sr. presidente, lembrarmos de que governar é eleger prioridades e que se queremos um país desenvolvido, temos que pensar nessas áreas tão importantes e tão fundamentais como a saúde e a educação, nas quais ainda precisamos avançar muito.

Aplica-se no Brasil cerca de 6% do PIB em educação. O Plano Nacional da Educação ora em debate no Senado Federal prevê que esse percentual chegue a 10% do PIB. Há ainda um grande debate no sentido de que os recursos destinados à saúde devem estar no mesmo patamar. Agora, para que isso aconteça, só se efetivamente se aplicar mais recursos e geri-los bem.

Por isso, acredito que o dia de ontem, com a sanção da presidente a esse projeto, foi de comemoração tanto para a geração atual, como para as futuras gerações, que herdarão uma educação e uma saúde muito melhor aparelhadas e geridas com mais competência.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o primeiro registro que faço no dia de hoje é que tivemos um encontro da nossa bancada com o prefeito de Criciúma, Márcio Búrigo, que trouxe informações sobre a abertura da 25ª Festa das Etnias.

Quero ressaltar a importância, a relevância, dessa festa, porque se trata de uma forma de manter as tradições das culturas negra, italiana, polonesa, árabe, alemã, espanhola e portuguesa, através da gastronomia típica.

É muito importante para Criciúma e para a região a realização dessa festa, tanto porque ela atrai turistas e recursos, como preserva a cultura dos imigrantes que povoaram aquele município.

Sendo assim, parabéns ao município de Criciúma, parabéns ao prefeito Márcio Búrigo e equipe, parabéns aos vereadores e, em especial, à comunidade criciumense.

Sr. presidente, também quero registrar que o município de São Bento do Sul em breve vai comemorar os seus 140 anos. Por isso, neste último final de semana realizou a sua festa mais tradicional e conhecida, a Schlachtfest, por onde passaram mais 120 mil pessoas e que mantém as tradições dos nossos imigrantes alemães.

O terceiro registro que desejo fazer é a instalação, em São Bento do Sul, do Instituto Federal de Educação, muito importante não somente para aquele município, mas para as cidades de Campo Alegre, Rio Negrinho, Mafra, Itaiópolis, Papanduva e Monte Castelo. Agora, além de ter a Udesc, que vem fazendo um belíssimo trabalho, além do parque tecnológico que está sendo implantado, teremos o Instituto Federal de Educação, que vai oferecer cursos profissionalizantes, ensino médio, cursos de graduação e, futuramente, de pós-graduação.

Para se ter uma ideia, será construída uma área de cinco mil metros quadrados, num investimento de R\$ 12.456.013,07, cujo prazo para o término das obras é de 600 dias. Após a execução da obra serão investidos mais R\$ 5 milhões para a aquisição de equipamentos mobiliários, pois serão atendidos cerca de 1.400 alunos de toda a região.

Sr. presidente e srs. deputados, quero fazer um reconhecimento, porque a instalação do Instituto Federal de Educação em São Bento do Sul iniciou em 2009, numa conversa que tive neste plenário com o deputado estadual na época, hoje deputado federal, Pedro Uczai, que estava liderando a vinda dos Institutos Federais para Santa Catarina. Na oportunidade solicitei-lhe que incluísse São Bento do Sul na lista e ele, sem alarde, mas com muito trabalho, conseguiu que esse nosso pedido se concretizasse agora, em 2013.

Então, quero enaltecer o trabalho do deputado Pedro Uczai, agradecer o seu empenho, porque se trata de uma obra que vai propiciar mais

desenvolvimento para o nosso município e para toda a região.

Quero destacar também que todas as nossas lideranças, todas as nossas entidades de classe, os sindicatos e, logicamente, o poder público municipal, tanto Legislativo como Executivo, não mediram esforços para que isso acontecesse. O prefeito anterior, o prefeito atual, a legislatura passada e a atual da Câmara de Vereadores foram incansáveis.

Então, sr. presidente e srs. deputados, em nome da nossa querida São Bento do Sul, que vai completar 140 anos no dia 23 de setembro, queremos agradecer a todos os que se esforçaram e apoiaram esse belíssimo projeto, que vai fazer com que aquele município e a região deem um salto em termos de educação, em termos de conhecimento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL.

Quero, inicialmente, saudar de forma especial os agricultores que se fazem presentes no Parlamento, pois encontrei alguns amigos de Joinville. Sejam bem-vindos. A agricultura sempre terá espaço e atenção especial do Parlamento catarinense.

Deputado Padre Pedro Baldissera, confesso que já estava com saudade do plenário, porque eu estive licenciado dos trabalhos legislativos por dois meses, mas atendendo os municípios, realizando audiências com as secretarias de estado e procurando cumprir as tarefas de deputado estadual.

Sr. presidente, desejo abordar rapidamente dois assuntos. O primeiro talvez não tenha, deputado Neodi Saretta, a concordância de todos os

colegas, mas acho que é na divergência que se cresce, que se evolui, que nos aperfeiçoamos.

Eu escrevi um artigo para o jornal *A Notícia*, deputado Romildo Titon, há poucos dias, com o seguinte título: "Não é justo o que acontece aqui". O que eu disse nesse artigo eu digo agora, deputado Nilson Gonçalves, não é justo o que acontece aqui.

Eu tenho uma tese, deputado Nilson Gonçalves, após as manifestações retumbantes e fortemente organizadas no Brasil: acho que o nosso país mudou. As manifestações passaram, mas o recado ficou. E qual é o recado? Prestem atenção, políticos catarinenses e brasileiros! O recado é que o Brasil precisa ter outra postura, precisamos buscar uma ética diferente, de comprometimento com a sociedade, de honestidade, de comportamento e retorno do poder público para a sociedade.

Contudo, seja através da imprensa, seja pessoalmente, muitas vezes ouço o seguinte: precisamos fazer a reforma das reformas, que é a reforma política. Precisamos convocar um plebiscito, um *referendum*, para que a população diga quais são os pontos principais da reforma política.

Deputada Angela Albino, talvez v.exa. não concorde comigo, mas acho isso uma grande besteira. A reforma política, deputado Padre Pedro Baldissera, tem que ser feita, mas não é a reforma das reformas e não é a prioridade do momento para o Brasil, porque a reforma política vai mudar a nossa vida, a vida da classe política. Aliás, se tivermos financiamento público de campanha, vamos aumentar ainda mais o custo Brasil.

Acho que a reforma política é importante, mas não precisa ser feita agora. Não devemos concentrar todas as nossas forças, as nossas energias, deputado Silvio Dreveck, na reforma política. Temos que fazer, deputado Nilson Gonçalves, reformas que mudem a vida das pessoas e a reforma política não vai fazer isso, não vai ter impacto algum na vida do trabalhador brasileiro e de nenhum agricultor; se tiver, será um impacto negativo. Nós temos que fazer reformas que mudem a

vida das pessoas, que melhorem a vida das pessoas. E quais são essas reformas, deputado Moacir Sopelsa?

Pois bem. Temos que mexer, e eu escrevi isso no artigo para o jornal *A Notícia*, no pacto federativo, porque daqui a pouco os prefeitos estarão devolvendo as chaves dos seus municípios não sei para quem, porque estão falidos, não conseguem mais tocar as suas administrações e atender às necessidades básicas das comunidades.

Ora, se na maior cidade, que é Joinville, o prefeito Udo Döhler, um prefeito competente, que está fazendo um bom trabalho, anuncia na imprensa que não tem dinheiro, que não tem arrecadação, imaginem na cidade de Faxinal dos Guedes, na cidade de Monte Castelo, em Barra do Sul e Araquari! Na verdade, os municípios brasileiros estão falidos porque estamos mandando todo o dinheiro para Brasília. Nós pagamos impostos, empresários, trabalhadores, todos nós. Daquilo tudo que é produzido no país, 40% são para os entes públicos. Isso é um absurdo! É a maior carga tributária do mundo.

No entanto, se o dinheiro ficasse nos municípios, nos estados, principalmente nos municípios, que é onde acontece a nossa vida, estaria tudo bem. Se tivéssemos saúde, educação e segurança de qualidade, tudo bem. Mas estamos mandando para Brasília aproximadamente 70% do bolo da arrecadação, deputado Silvio Dreveck, e o dinheiro não volta mais. Muitas vezes volta em forma de migalhas para as prefeituras e estados. Isso é um absurdo!

Nos países desenvolvidos é o inverso, deputado Nilson Gonçalves, a maior fatia do bolo fica para os municípios, inclusive, nesses países a segurança pública é responsabilidade dos municípios. Por quê? Porque quando a gestão é feita pelo município, funciona melhor, com mais racionalidade e eficiência, porque você pode ir reclamar na Câmara de Vereadores, você encontra com o prefeito na esquina da sua cidade, você sabe o endereço do prefeito. Em Brasília o povo não sabe nem o endereço. O povo não conhece e não

consegue cobrar e influenciar no dia a dia da nossa capital federal.

Então, tenho dito que a reforma política é necessária, mas não é a prioridade das prioridades. Temos o pacto federativo, temos a reforma tributária e temos a reforma do Judiciário, que é um poder muito lento. Não é justo e racional que um processo tramite durante dez, 15 ou 20 anos. Temos que mudar a nossa legislação para que os bandidos deste país sejam efetivamente presos e fiquem na cadeia, porque neste país pouca gente vai para a cadeia - normalmente os pobres e negros.

A Sra. Deputada Angela Albino - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

A Sra. Deputada Angela Albino - Deputado, de fato não concordo com várias coisas que v.exa. falou, mas reconheço em v.exa. um adversário leal e às vezes até confluímos em opinião.

Nesse sentido, quero registrar, na presença dos trabalhadores da Fetaesc, que foi de v.exa., no âmbito da comissão de Finanças, o empenho para que não se aprovasse exclusividade de filiação àquelas cooperativas, e que convenceu o meu voto, inclusive.

Portanto, quero dizer, de público, a par das nossas divergências que muitas vezes acontecem, que v.exa. foi uma das pessoas, juntamente com outros parlamentares, que lutaram para que aquela exclusividade prevista não prevalecesse e hoje pudéssemos votar pela liberdade de associação.

(Palmas das galerias)

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

V.Exa. me lembrou desse assunto e quero aqui fazer dois registros. Temos algumas divergências, mas temos muitas convergências e temos dado a nossa contribuição.

Em primeiro lugar, quero reconhecer, deputado Moacir Sopelsa, que v.exa. é o grande baluarte, o grande defensor e o grande articulador do cooperativismo de Santa Catarina. E o cooperativismo é uma alavanca adicional na nossa

economia. Há estudiosos que até afirmam que o cooperativismo é a terceira via em termos econômicos. Temos o capitalismo, o socialismo e o cooperativismo. Eu acho que é a via principal em todas as áreas de produção, de trabalho e financeira.

Enfim, a ideia do cooperativismo se consolidou no Brasil inteiro, depois de ter início no sul do Brasil. Em Santa Catarina é muito forte e v.exa., deputado Moacir Sopelsa, é o grande defensor, com o apoio de outros deputados, do cooperativismo do nosso estado.

A deputada Angela Albino foi gentil comigo, mas estivemos no evento e outros deputados pensam dessa forma. Entendemos que o projeto de lei deverá ser aprovado exatamente estendendo os benefícios a todas as cooperativas do estado de Santa Catarina, principalmente às pequenas, de economia familiar, porque não é justo que se faça uma lei e que não se dê o benefício àquelas que não são associadas à Ocesc, por exemplo, ou à OCB.

Então, essa é a minha tese. Respeito os pontos divergentes - a deputada Angela Albino também pensa assim. Mas um número imenso de deputados pensa dessa forma porque o Parlamento é concedente e o Parlamento jamais vai aprovar uma lei que exclua pequenas cooperativas do estado de Santa Catarina.

Portanto, vocês são bem-vindos e certamente vão sair hoje do Parlamento catarinense satisfeitos com a votação deste Plenário.

Parabéns a vocês, cooperativistas e agricultores!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Cumprimento o deputado Romildo Titon, que conduz esta sessão, os

srs. deputados e deputadas, aqueles que acompanham esta sessão pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Quero agradecer, deputado Darci de Matos, as palavras de v.exa. e quero também deixar registrado que os 40 parlamentares desta Casa reconhecem a importância do cooperativismo no estado de Santa Catarina.

Quando nos pronunciamos por termos uma ligação mais forte com as cooperativas de produção, com as cooperativas agrícolas, é porque conhecemos a sua importância, deputado Sílvio Dreveck, para o estado catarinense.

Por isso, podemos divergir de pensamentos, mas ninguém aqui deixa de reconhecer a importância que o cooperativismo tem para o nosso estado e para o nosso país. O cooperativismo é uma forma de organizar as pessoas. O cooperativismo é a forma de construir riqueza e de distribuí-la, deputado Nilson Gonçalves.

Por isso, nesta tarde, quero dar os meus cumprimentos e o meu abraço a cada um de vocês.

O que me traz à tribuna nesta tarde, deputado Neodi Saretta, v.exa. que também é do meio-oeste de Santa Catarina, é falar sobre a criação da Frente Parlamentar da Suinocultura, cujo requerimento contou com a assinatura dos 40 deputados, o que mostra a importância e a grandeza que tem a suinocultura para o nosso estado.

Por isso, quero convidar os srs. parlamentares para, após o término da presente sessão, em torno das 17h, uma reunião com vistas à eleição presidente e do vice-presidente dessa frente, deputado Sílvio Dreveck.

Anotei algumas coisas acerca da importância da suinocultura em nosso estado. Temos 6,2 milhões de cabeças de suínos no estado; temos 415 mil matrizes. Se fizermos uma conta rápida, deputado Padre Pedro Baldissera, veremos que a produtividade por matriz alojada dá mais de 22 leitões por porca/ano.

Nós já tivemos 60 mil produtores de suínos em Santa Catarina. Hoje temos pouco mais de nove mil produtores, os demais abandonaram a atividade ao longo dos últimos 20 anos. Mas a produção não

diminuiu. O que a frente pode fazer para ajudar os produtores que ainda têm como atividade principal a suinocultura, é organizá-los para que possam alcançar seus direitos junto às agroindústrias, que hoje dominam cerca de 90% da produção do estado. É uma produção verticalizada e talvez apenas 10% da produção ainda estejam nas mãos dos produtores independentes.

Podemos também, através da frente parlamentar, deputado Dado Chereim, propiciar uma melhor estrutura na questão do transporte, da melhoria das rodovias, da criação de ferrovias, pois Santa Catarina é o maior produtor de suínos, o segundo maior produtor de aves e o quinto maior produtor de leite, deputado Sargento Amauri Soares.

Outra questão: como não somos autossuficientes na produção de milho e de soja, é preciso trabalhar para termos armazéns que possam armazenar esses produtos. O governo federal os compraria, armazenaria através da Conab e quando houvesse necessidade colocaria à disposição dos produtores. A mesma coisa com o farelo de soja.

Não foi por vontade própria que tantos produtores deixaram a atividade. Dos 60 mil produtores, hoje temos menos de 10 mil. Por quê? Porque a atividade não propiciava o sustento dos nossos produtores.

Hoje, com aqueles que ainda conseguiram resistir, Santa Catarina abre mercados importantíssimos, como o mercado do Japão, o mercado da Rússia, o mercado dos Estados Unidos e da Europa.

Houve, sim, o trabalho técnico, o trabalho dos governos; houve trabalho e investimento do poder público, mas o trabalho maior, eu não tenho dúvida, deputado Padre Pedro Baldissera, foi dos nossos produtores. Foram eles que fizeram o dever de casa, foram eles que pagaram, com o seu sacrifício e com o seu trabalho, para que Santa Catarina pudesse ser este estado de excelência na questão da sanidade animal.

Por isso, após elegermos o presidente e o vice-presidente dessa frente, no dia de amanhã receberemos a Comissão Parlamentar da Suinocultura

da Câmara dos Deputados, o presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos, o presidente da Associação Catarinense dos Criadores de Suínos, os nossos deputados estaduais, os técnicos e as representações dos nossos produtores.

Por isso deixo aqui mais uma vez um agradecimento aos 40 parlamentares que subscreveram o requerimento que propiciou a criação dessa frente parlamentar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, faço um registro especial aos trabalhadores da Fetaesc e quero dizer que também estamos juntos nessa posição de que a política deste Parlamento e do governo do estado precisa tratar de forma igual todos os setores cooperativados do estado.

Acerca do pronunciamento do deputado Moacir Sopelsa, sinto também a expectativa de que saia a ferrovia para que possa trazer da região centro-oeste as cargas de insumos, principalmente o milho, com menor preço e custo de transporte, além da possibilidade de armazenamento.

Às vezes desanimo pela demora, pela quantidade de vezes que essas políticas de realização de obras precisam ser contratadas, prometidas. Os governos passam e parece que essas obras, que são fundamentais, sempre demoram. É evidente que é preciso somar esforços e trabalhar na perspectiva de que se melhorem as condições de vida e de trabalho de todos os trabalhadores do estado, principalmente nesse caso da região oeste, que tem esse problema de pagar mais pelo milho, que faz o produto acabar valendo mais em função das rígidas regras do mercado.

Mas quero falar de um assunto que tem aparecido bastante nos meios de comunicação, que são os episódios de espionagem do governo dos Estados Unidos ao governo brasileiro, especialmente (o que deu todo o bafafá) a espionagem dos telefonemas e dos e-mails da própria presidente da República do Brasil.

No final da última semana vimos o presidente Obama sentado ao lado da presidente Dilma na reunião do G20. Parecia o menino que foi flagrado espionando a fechadura do banheiro das meninas do colégio. Daí ele sai e fica com a cara do gato que lambeu a nata. Essa era a cara do presidente Obama. Mas cara de desfaçatez ele tem, e bastante, não é nem o ser humano, mas a pessoa do Obama. É todo um conjunto de política do governo dos Estados Unidos que não é novo. E ele não pediu desculpas ainda. Tudo me faz crer que não vai pedir desculpas, porque isso seria até cínico, hipócrita, pois vão continuar fazendo o mesmo. Essa é prática deles.

Fui procurar na internet outra questão que é ainda mais grave em termos de desrespeito à soberania nacional. Na última vez em que ele esteve no Brasil, estavam os dois presidentes, Obama e Dilma, em um prédio do Rio de Janeiro num ato, evidentemente. Num determinado momento ele saiu para uma salinha ao lado e dali determinou o bombardeio da Líbia.

Eu já fiz referência a esse episódio ocorrido no ano passado. Isso é importante porque parece que ninguém deu a atenção devida. Parece que o território brasileiro pode ser espaço para qualquer um vir a fazer, desculpe a minha expressão, a defecagem que quiser. Naquele dia, se governo brasileiro tivesse noção de soberania e de respeito nacional, deveria ter mandado o presidente Obama embora, para só voltarem aqui os governantes dos EUA quando aprendessem a ter bons modos.

E buscando essa informação na internet, vi que o discurso que o presidente Obama faria na Cinelândia foi cancelado após o alerta que os serviços de inteligência dos Estados Unidos

receberam após monitoramento das redes sociais. Eu fui procurar uma coisa e achei outra, ou seja, a confirmação naquele episódio do Rio de Janeiro de que os espias norte-americanos resolveram cancelar o discurso do seu presidente na Cinelândia porque foram investigar as redes sociais no Brasil.

Então, evidentemente é preciso uma posição correta e digna do governo brasileiro contra esse atentado à soberania nacional. Mas é preciso que todos nós tomemos consciência de que eles estão fazendo isso há muitos anos e que, infelizmente, vão continuar. O Brasil tem sido muito benevolente com essa política externa dos Estados Unidos e isso precisa mudar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Fim do horário dos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que recebeu um ofício destinado ao primeiro-secretário com o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"Senhor 1º Secretário

Encaminho a essa Secretaria a mensagem do senhor Governador do Estado, em exercício, acima referenciada, pela qual solicita a retirada de pauta e posterior arquivamento do Projeto de Lei n. 0049/2013, que 'Institui a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo e estabelece outras providências.

Atenciosamente,

(a) Nelson Antônio Serpa, Secretário de Estado da Casa Civil" [sic]

Está retirado de pauta.

A Sra. Deputada Angela Albino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Angela Albino.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, quero registrar, como líder do PCdoB, o lamento de que o governador tenha assim procedido, porque legitimamente as comissões desta

Casa analisaram o projeto, detectaram o erro que era a exclusividade a uma única entidade privada para poder ser considerado cooperativismo em Santa Catarina. Nós corrigimos esse erro aqui. O governo obrigava que as cooperativas estivessem vinculadas a uma entidade em especial e nós apenas flexibilizamos, ou seja, determinamos que elas pudessem ou não estar vinculadas a essa entidade.

Lamento, repito, como líder do PCdoB, que o governo tenha desrespeitado a decisão das comissões, desta Casa e enterrado esse projeto que tratava do cooperativismo, sr. presidente.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, quero lamentar, em nome da nossa bancada, a retirada do projeto, porque acho que fizemos um grande esforço para valorizar o cooperativismo. O estado, na nossa avaliação, não pode enviar um projeto que exclua alguém, o estado tem que ser inclusivo, fortalecer os pequenos, os mais fracos, os que precisam da sua presença.

Eu faço parte da Frente Parlamentar do Cooperativismo e afirmo que o estado precisa de um projeto que fortaleça um setor econômico que cumpre uma função estratégica no desenvolvimento do estado, não apenas na área rural, mas também na área urbana.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sou líder do PSD, sou da base do governo e defensor, como tantos outros aqui, da gestão de Raimundo Colombo. Agora, ser governo não significa concordar com tudo o que o governo faz e orienta. Eu tenho o direito de discordar do

governo, neste momento, neste episódio, porque o projeto tramitou, nós votamos nas comissões incluindo as pequenas cooperativas e agora o governo, na última hora, retira o projeto de pauta.

Portanto, deixo registrada a minha posição de contrariedade a essa posição do governo e espero que possamos retomar a discussão para, quem sabe, construirmos novamente esse projeto e aprová-lo neste Parlamento para beneficiar as pequenas cooperativas também.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Quero posicionar-me da mesma forma que os demais colegas que já falaram, especialmente o deputado Darci de Matos. Espero que ele, com essa posição, não entre na mesma lista em que estou, no meu caso lá no PDT.

Quero dizer ainda que o mínimo que esperamos é que o governo, de forma bastante rápida, reorganize-se e reescreva o projeto garantindo o direito a todas as entidades do sistema cooperativo catarinense o mesmo direito.

O debate foi feito, todos puderam posicionar-se e espernear. Foi um projeto muito debatido e quem emendou o projeto e votou nele esperava votá-lo na tarde de hoje.

Realmente, é um absurdo retirá-lo na undécima hora, depois que tantas pessoas se deslocaram de tão longe para vir assistir à votação neste plenário.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Feitas as colocações dos srs. parlamentares, daremos seguimento à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia apresentou parecer favorável ao Ofício n.

0299/2013, de entidade social, encaminhando documentação para manutenção do título.

Devido à falta de quórum, estão prejudicadas as votações dos projetos de lei.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0567/2013 e 0570/2013, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0568/2013 e 0569/2013, de autoria do deputado Aldo Schneider; 0571/2013, de autoria do deputado Ismael dos Santos, e 0572/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica também que defere de plano os Requerimentos n.s: 0963/2013, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0964/2013 e 0965/2013, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 0966/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0967/2013, 0968/2013, 0969/2013 e 0970/2013, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0971/2013 e 0972/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0973/2013, 0974/2013 e 0975/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0976/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, e 0978/2013, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Esta Presidência informa ainda que submete à deliberação do Plenário as seguintes matérias:

Requerimento n. 0977/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem ao gerente da OI, pedindo a instalação emergencial da rede de internet ASDL de 5 a 10 megas, no distrito de São Bento Baixo, no município de Nova Veneza.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0093/2013, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao deputado federal Onofre Santo Agostini, manifestando apoio à

Proposta de Emenda Constitucional n. 0035/2011, que fixa em 14 anos a idade mínima para firmar contratos de trabalho, desde que regulamente matriculados e frequentando a escola.

Em discussão.

A Sra. Deputada Angela Albino - Peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Angela Albino, para uma questão de ordem.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, o deputado Antônio Aguiar não está na Casa neste momento. Como considero o tema desta moção muito importante, porque trata justamente da redução da idade para o adolescente começar a trabalhar, fato que hoje é considerado trabalho infantil e que representou um avanço na legislação brasileira, solicito que v.exa. retire a matéria da pauta, para que possamos analisá-la com um quórum mais qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Sem nenhum problema, deputada Angela Albino. A Presidência atende ao seu pedido, tendo em vista que o autor não se encontra em plenário.

Está retirada da pauta a Moção n. 0093/2013.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Padre Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, eu gostaria de trazer presente, na tarde de hoje, um dos momentos extraordinários e importantíssimos que aconteceram neste último final de semana, no município de Fraiburgo, na comunidade de Taquaruçu, reconhecido como 'Terra Santa' pelo fato de lá haver acontecido o extermínio de muitas pessoas na chamada Guerra do Contestado, que na verdade não foi guerra, foi extermínio, porque ocorreu a matança de muitas pessoas pelo poder de força do próprio estado. Muitas pessoas, deputado Sargento Amauri Soares, foram assassinadas, houve um grande extermínio.

Em nome do desenvolvimento naquela região construiu-se uma ferrovia, que hoje, infelizmente, está abandonada. Pois foi em nome desse tal desenvolvimento que se tirou a vida de centenas e centenas de pessoas.

Mas voltando ao verdadeiro assunto da minha fala, foi naquela localidade que aconteceu a 5ª Semana Social Brasileira, na qual foi debatida a temática que envolve o bem viver no sentido de discutir que estado queremos, para que e para quem. Fizeram-se presentes muitas lideranças que fazem parte dos diferentes movimentos sociais, pastorais sociais. Foi um debate estratégico, quando se pensa no respeito ao cidadão, na inclusão através de diferentes políticas públicas construídas pelo estado.

Nesse sentido, a 5ª Semana Social Brasileira, se estendeu pelo país afora. A Caritas, que é uma das organizações que encabeça esse debate, juntamente com todas as lideranças que lá estavam presentes, apontou algumas ações que são fruto dos diferentes debates e oficinas que aconteceram desde sexta-feira à noite até domingo ao meio-dia.

Eu gostaria, aproveitando este momento, de enumerar algumas dessas ações, já que não dá para fazer menção a todas.

(Passa a ler.)

“1 - Assumir o compromisso do processo de construção dos conselhos que ora tramita nesta Casa, o Conselho Estadual da Juventude e o Conselho dos Direitos Humanos de Santa Catarina. Ao mesmo tempo, estender essas iniciativas a todos os municípios de Santa Catarina;

2 - Reassumir a Campanha Nacional Contra a Violência e o Extermínio dos Jovens;

3 - Incentivar a produção de orgânicos e agroecológicos;

4 - Fortalecer com maior participação social os comitês de meio ambiente;

5 - Despertar uma consciência ética para o meio ambiente;

6 - Reforçar a 5ª Semana Social Brasileira;

7 - Lutar por uma reforma política que contemple as propostas apresentadas pela

plataforma de reforma política dos movimentos sociais;

8 - Fortalecer a participação social através de inúmeras formas, inclusive através dos conselhos como uma ferramenta importante da participação social das pessoas e dos movimentos.

9 - Aumentar a participação das mulheres nos espaços de formação, decisão e de poder dentro e fora da igreja.

10 - Contribuir no debate da construção do modelo de família, superando a lógica do modelo vertical;

11 - Sugerir um compartilhamento maior do poder entre os pais, mães, filhos e filhas;

12 - Lutar contra a criminalização dos movimentos sociais, haja vista que hoje existe uma iniciativa muito grande nesse sentido;

13 - Resgatar o debate da reforma agrária no que tange ao limite das propriedades de terra. É um debate antigo, mas que precisa ser retomado com maior força dentro dos movimentos.

Para concluir, sr. presidente, quero dizer que o tema sugerido para a 6ª Semana Social Brasileira poderia ser a mídia a serviço de quem, porque cada um de nós tem direito à comunicação.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, amigos da TVAL e da Rádio Alesc Digital, assomo à tribuna para discorrer sobre os eventos que ocorreram no dia de ontem, no sul do estado, com a visita do governador em exercício, Eduardo Pino Moreira, que percorreu vários municípios da nossa região levando alguns investimentos, alguns recursos.

Em Criciúma, sr. presidente, tivemos a oportunidade de visualizar as obras da via rápida por meio de um sobrevoo de helicóptero, ao qual a imprensa também teve acesso.

Trata-se de uma obra que liga o município de Criciúma à BR-101, que tem o seu custo estimado em

aproximadamente R\$ 100 milhões e cuja empresa executora tem renome e com certeza vai dar musculatura e segurança jurídica aos investidores não só de Criciúma, mas de Içara e de todos aqueles municípios que se limita com a nossa cidade.

Também no dia de ontem visitamos o Asilo de São Vicente de Paula para o qual levamos recursos. Para o Bairro da Juventude foram levados investimentos na monta de R\$ 200 mil.

Foi feita a assinatura de vários convênios com as prefeituras de Criciúma, Içara, Rincão, Siderópolis, Urussanga e Morro da Fumaça.

No próximo dia 18, com a volta do governador Raimundo Colombo de sua viagem internacional, ele percorrerá todo o estado de Santa Catarina levando os recursos do Fundam - Fundo de Apoio aos Municípios -, fato jamais ocorrido na história política de Santa Catarina por nenhum governo, porque se trata de um investimento da ordem de R\$ 10 bilhões.

Evidentemente que financiamento não é dinheiro a fundo perdido. Esse dinheiro a médio e longo prazo será pago pelo contribuinte catarinense, mas é um gesto nobre por parte do governador Raimundo Colombo e do vice-governador Eduardo Pinho Moreira, que vão conceber, dos R\$ 10 bilhões, R\$ 530 milhões a fundo perdido para os municípios, sem necessidade de contrapartida.

Eu tenho dito sempre que o bom gestor é aquele que prima pelos valores, que aperfeiçoa os seus custos, que enxuga a máquina e que consegue dar musculatura e capacidade de investimento à administração. E esse foi o trabalho que o governo fez em Santa Catarina nesse espaço curto tempo, passando dois anos de vacas magras, como se diz na gíria, mas agora com perspectiva real de investimento. Os R\$ 10 bilhões o povo vai ter que pagar, mas se forem bem aplicados, bem fiscalizados, vão ter um efeito multiplicador.

Considero Santa Catarina, que tem apenas 1,1% do território nacional, um estado de grandes oportunidades, um estado pujante, com um povo determinado, um polo eminentemente exportador,

agregador de valor, que tem mais de 4,5% do PIB, vários portos e que agora, com a duplicação do trecho sul da BR-101, propiciará um lastro muito maior de segurança aos investidores.

Vejo com muita expectativa o lançamento da pavimentação asfáltica da serra do Corvo Branco, que integrara o litoral ao planalto, através de Urubici. Importante também a liberação, nos próximos dias, da ordem de serviço da BR-285, que ligará Timbé do Sul a São José dos Ausentes. Vital ainda a rodovia que liga Praia Grande a Cambará do Sul, integrando todas as serras do cenário catarinense com a BR-101 e, conseqüentemente, proporcionando o escoamento da produção do Rio Grande do Sul para os portos de Santa Catarina.

Espero que as ações empreendidas pelo governo do estado sirvam para dar um *start* no processo para a implantação da barragem do Rio Salto, lá em Timbé do Sul, na comunidade de Areia Branca, com recursos consignados no PAC, obra para a qual o estado já deu a sua contrapartida através do pagamento das desapropriações, mas que por problemas ambientais ainda não foi liberada.

Algumas condicionantes foram impostas pela Fatma e pelo Ministério Público Federal. Esperamos que esses quesitos sejam superados nos próximos dias e que possamos efetivamente dar início a uma obra que dará segurança quanto ao abastecimento de água à população, dará segurança à construção civil, à agricultura e, de maneira especial, à rizicultura e à rizipiscicultura, como um atrativo e uma forma de agregar renda na propriedade rural, além de desencadear um fluxo turístico importante.

Isso significa dizer que teremos a segurança não só do abastecimento de água à população, à indústria e à agricultura, mas a segurança da regularização dos níveis de água em época de cheias, que já provocaram várias catástrofes, vários desastres naturais naquela região, inclusive com vítimas fatais.

Espero que esses investimentos promovam uma verdadeira integração não só das rodovias, mas da ferrovia translitorânea, da ferrovia do frango, a chamada ferroeste, e que essas duas possam

integrar-se à malha ferroviária nacional, integrando os portos de Santa Catarina e futuramente o porto do Rio Grande e de Paranaguá.

Isso com certeza colocará Santa Catarina no eixo do mundo, porque a partir da interligação das rodovias com as ferrovias, portos e aeroportos, poder-se-á escoar a produção e dar condições de competitividade à indústria catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19h, no município de Lages, em comemoração ao centenário do artista plástico Malinverni Filho.

Está encerrada a sessão.